



17.IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As composições em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 apresentam os seguintes valores:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
. REFIS	7.820	7.704
. COFINS	6.137	6.884
. PIS/PASEP	1.330	1.489
. Imposto de Renda - retenções	110	128
. Imposto de Renda sobre lucro real	49.618	34.308
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	445	563
. INSS de terceiros	587	910
. Contribuição social sobre lucro real	18.429	12.774
. Outros	477	536
Total circulante	84.953	65.296
Não circulante:		
. REFIS	20.031	27.432
Total não circulante	20.031	27.432

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela Secretaria da Receita Federal – SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa Selic overnight acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão	Amortização com créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de setembro de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	47.244	32.789	80.033

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo anterior	7.704	8.728	27.432	34.653
Transferências	7.893	7.838	(7.893)	-7.838
Atualizações (TJLP)	-	-	492	617
Amortizações	(7.777)	(8.862)	-	-
	7.820	7.704	20.031	27.432

18.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$ 76.946 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 82.475 em 31 de dezembro de 2019), conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Provisão para contingências cíveis	61.018	67.974
Provisão para contingências trabalhistas	14.709	14.501
	75.727	82.475
Total Depósitos dados em garantia	(102.182)	(95.304)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(26.455)	(12.829)

Em 31 de dezembro de 2020 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$ 613.249 (R\$ 583.500 em 31 de dezembro de 2019).

a. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de

atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$ 61.018 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 67.974 em 31 de dezembro de 2019).

b. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da Assessoria Jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$ 14.709 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 14.501 em 31 de dezembro de 2019) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Grant Thornton Serviços Atuariais, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 108.248 (R\$ 97.379 em 31 de dezembro de 2019).

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

Resumo das Obrigações Previdenciárias

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	373.530	370.275
Valor justo dos ativos do plano	(265.282)	(272.896)
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	108.248	97.379
Passivo / (Ativo) líquido	108.248	97.379

Obrigações Previdenciárias

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valor das obrigações no início do ano	370.275	280.810
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(1.979)	(2.766)
Juros sobre obrigação atuarial	25.498	24.886
Contribuições de participantes vertidas no ano	1.961	4.398
(Ganho) / perda atuarial	(3.759)	78.985
Benefícios pagos no ano	(18.466)	(16.038)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	373.530	370.275

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparadas pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valor justo dos ativos no início do ano	(272.896)	(249.041)
Rendimento esperado no ano	(18.868)	(22.292)
Ganho / (perda) atuariais nos ativos do plano	8.015	(10.827)
Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)		(2.376)
Contribuições de participantes		(4.398)
Benefícios pagos pelo plano/empresa	18.466	16.038
Valor justo dos ativos no final do ano	265.282	(272.896)

Premissas adotadas

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Taxa real de desconto atuarial	3,21%	3,32%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,21%	3,32%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	0,82%	0,82%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	100%	98,44%
Fator de capacidade sobre os salários	100%	98,44%
Inflação esperada	4,25%	3,61%
Taxa de desconto nominal	7,60%	7,05%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,60%	7,05%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,10%	4,46%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,25%	3,61%

Mortalidade geral	Sexo Masculino: Sexo Masculino: AT 2000 Básica AT 2000 Básica F / Sexo Femi- F / Sexo Feminino: AT 2000 F nino: AT 2000 F Desagravada em 10% 10% Sexo Masculino: Sexo Masculino: AT 2000 Básica AT 2000 Básica F / Sexo Femi- F / Sexo Feminino: AT 2000 F nino: AT 2000 F Desagravada em 10% 10% Grupo Ameri- cana Grupo Ameri- cana Não considerado Não considerado BaC - Família BaC - Família Média / BC - Fa- mília Real Média / BC - Fa- mília Real
Mortalidade de inválidos	
Entrada em invalidez	
Taxa anual de rotatividade	
Composição familiar	
Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI total	

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante:		
PDVI com indenização mensal	72.898	71.395
Total Circulante	72.898	71.395
Não circulante:		
PDVI com indenização mensal	308.603	373.358
Total Não Circulante	308.603	373.358
Total PDVI	381.501	444.753
Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)		

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

A comissão de implantação do PDVI foi instituída pela Diretoria Executiva, sob coordenação da Gerência de Recursos Humanos, e determinou o período de inscrições entre os dias 15 de setembro de 2017 a 15 de outubro de 2018. Ao final desse período restaram 729 inscritos, que correspondiam a 27,52% do total do contingente de funcionários da CASAN (2.649 em 31 de outubro de 2017).

O cronograma de desligamento planejado com aprovação da Diretoria Executiva se iniciou em 01 de novembro de 2017 e foi concluído em 15 de outubro de 2018.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 (noventa e seis) parcelas para os empregados com idade até 67 (sessenta e sete) anos; 84 (oitenta e quatro) parcelas com idade de 68 (sessenta e oito) anos; 72 (setenta e duas) parcelas com idade de 69 (sessenta e nove) anos; e 60 (sessenta) parcelas para os empregados com idade acima de 70 (setenta) anos.

A adesão dos funcionários a esse programa de PDVI acarretou diversas necessidades de contratações, onde 416 vagas foram preenchidas gradativamente, de fevereiro de 2018 a dezembro de 2018, observando a limitação estabelecida pelo Conselho de Administração que autorizou as reposições do PDVI com o limitador financeiro de 20% do custo dos empregados da ativa.

A estimativa do custo dos empregados admitidos considerou o salário de ingresso dos cargos a serem contratados com percentual de encargos baseado na média de custos dos empregados que integravam o quadro antes do PDVI. No entanto, esse percentual acabou sendo ultrapassado em cerca de 3,77% pois o perfil dos novos empregados trouxe alterações significativas nas rubricas variáveis que compõem a remuneração, como por exemplo, o prêmio por conclusão de nível técnico e superior, recebido por 65% dos empregados admitidos em razão das substituições do PDVI, além do fato de que o Acordo Coletivo 2018/2019 aumentou os percentuais dos prêmios por conclusão de nível médio profissionalizante e de nível superior.

Outra situação relevante neste contexto é que o Conselho de Administração (ATA nº 328 de 27/10/2017) também previu que a empresa priorizasse a automação das Estações de Água e de Esgoto e terceirização de alguns serviços em detrimento de novas contratações. Todavia, essas ações se encontram em andamento.

Por fim, cabe mencionar que o PDVI permitiu a quitação do contrato de trabalho (evitando novas demandas trabalhistas) e também gerou economia com o prejuízo fiscal oriundo do PDVI estimado em R\$ 83,245 milhões.

21.PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina) e a CELESC.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Conta a receber de clientes		
Circulante:		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	4.183	10.046
CELESC	55	37
Total de contas a receber dos acionistas	4.238	10.083

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Não Circulante:		
CELESC	10.111	8.579
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	13.475	11.943

Empréstimos a pagar a acionista

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Não circulante:		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	41.014	45.779
Total empréstimos a pagar para acionistas	41.014	45.779